

## ATA DA REUNIÃO COM A LOTEADORA TABAI

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze às catorze horas, no Plenário da Câmara de Vereadores de Taquara foi realizada a reunião com o proponente Vereador Guido Mario Prass Filho e o representante da Loteadora Tabai, Senhor Antônio Costa. VEREADOR GUIDO MARIO PRASS FILHO. Agradeço a presença do representante da Loteadora Sr Antônio, Inácio da Prefeitura e colegas Vereadores. Nós da Câmara de Vereadores estamos a bastante tempo acompanhando a situação do Loteamento Olaria. No dia 26 de maio tomamos conhecimento de um inquérito, que vem tramitando desde o ano de 2007, onde a Loteadora informava que não fazia o dique por interesse dos moradores em manter um campo de futebol existente no Bairro. ANTONIO COSTA: Isto é uma manifestação por parte do inquérito. Enviei um Técnico o qual constatou que não havia interesse dos moradores por haver o campo de futebol o qual não queriam perder. VEREADOR GUIDO MARIO PRASS FILHO: Obtivemos informação por parte do Sr. Prefeito, que não havia tal documento. Foi lido os requerimentos e documentos enviados pela Prefeitura e Promotoria em que trata da situação da não execução da obra. Existe um desencontro de informações. Queremos é resolver o problema. LUIZ AUGUSTO MULLER: Desde que iniciou as tratativas sobre o Dique em 2007, em nenhum momento o executivo manifestou-se, sempre foi o Ministério Público e a Loteadora. Na época o Prefeito Délcio foi através de recurso. O Projeto inicial de quatro milhões já estava em doze milhões e a Caixa não estaria satisfeita. Os recursos seriam advindo do Ministério das Cidades. O Prefeito Tito não teria intenções de aprovar recursos para construir quatro Km de Dique e a Loteadora seria a responsável. Havia reclamação e os moradores se manifestaram que modificasse o traçado do dique. Inácio. O Município jamais acionou. ANTONIO COSTA: Não temos autorização para início das obras. Como vamos parar uma que nem sequer foi iniciada. Estão querendo esclarecer a situação. Sou vítima do Município de Taquara, assim como os moradores. Trabalhamos para um público menos favorecidos. Este é o nosso interesse, temos uma filosofia em nossa empresa que para as famílias serem estruturadas tem que ter a casa própria. Foi nos dado a viabilidade em Taquara nesta área e a Prefeitura liberou a mesma para que fosse construído estas casas. Fomos a FEPAM, METROPLAN, e publicamos editais para a construção do Loteamento. Não sabíamos que havia enchente neste local. Fomos chamados pelo Ministério Público para uma reunião. Nunca fomos chamados pela Prefeitura. Somos parceiros e vamos assumir. A Prefeitura assinou um TAC que faria o Dique em 2008 e nunca o mesmo foi construído. Está tudo documentado no Ministério Público. Existe uma conotação política e temos um compromisso muito maior com as pessoas com a água dentro das casas. Saio da referida reunião, houve aterro em algumas casas. Passa o tempo e nova enchente enche novamente as casas. O Prefeito novamente diz não poder resolver esta situação e solicitou que fizéssemos o projeto. Pagamos cinquenta mil pelo projeto e o Prefeito terminou o mandato e nada foi feito. Com o novo Prefeito tivemos reunião, e, nos trata como criminosos. Temos

mais 28 hequites ao lado, doaríamos este terreno para a Prefeitura para que fizesse o dique. Tivemos novamente reunião no Ministério Público e o promotor disse que a Prefeitura não possui recurso. Assumi por pura consequência, vamos tirar na nossa poupança e vamos fazer as obras. Pedi ao Promotor então que a Prefeitura agilизassem para que então começássemos as obras. Temos sofrido com matérias nos jornais nos acusando, não nos interessa o debate político. Somos vítima, tivemos prejuízos e cada vez mais estamos sendo prejudicados. SIRLEI TERESINHA SILVEIRA: Na verdade em nenhum momento o sessar obras. Houve fato e não politicagem. Temos o Clovis que mora no Loteamento Olaria. Ele nos ofende em público e não sabemos o que fazer por não termos uma solução. GUIDO MARIO PRASS FILHO: O que disseste está sendo resolvido no Ministério Público. O Vereador solicitou que reunisse todos para que solucionássemos o problema. Não aprovamos o pedido. Portanto chamamos a empresa para resolver. SANDRA SCHAEFFER: Somos cobrados e tens que entender. Por isso que o chamamos para resolver e esclarecer a situação. Se faz necessário este registro, para que acabe o disse me disse. LUIS AUGUSTO MULLER: Quando iniciou o processo de licenciamento, morava neste Bairro Olaria e, sabemos onde vai o nível da água. Para a METROPLAN foi estabelecido o marco de nível o máximo das cheias no Bairro. A Prefeitura ao liberar, deveria observar a liberação onde a cheia não chegasse. GUIDO MARIO PRASS FILHO: Consta em documento que a media da cota de inundação que se for na alta pega enchente. INACIO: Quando a Prefeitura liberou, existe uma serie de declarações, que não é área de risco vai para a FEPAM. Quem produziu este documento foi a Empresa. A Prefeitura também aprovou um projeto na época em cima da liberação da FEPAM. Se a FEPAM não foi cuidadosa alguém se equivocou. TELMO VIEIRA: é pena que os Vereadores aqui hoje não faziam parte na época. A responsabilidade não é tanto de sua empresa que representa e sim do Poder Público. Não tinha conhecimento e hoje somos outros e lidamos com a verdade. Temos o sentimento de municipalidade e temos que dar retorno ao cidadão. ANILDO ARAUJO: A empreiteira responsável pelas casas conclui as mesmas? ANTONIO COSTA: Não construo casas. Vendo áreas, terrenos. LUIZ AUGUSTO MULLER: A Licença Ambiental previa alagamento. O licenciamento trata se é possível fazer, conforme a Lei 6766 que diz que as áreas onde existe dificuldade sujeitas a inundação não podem ser ocupadas se não houver possibilidade de correção: As cotas diziam onde pode ser construídas. GUIDO MARIO PRASS FILHO: Vamos colocar para comunidade que falamos com a Empresa. Onde, o mesmo informou não se tratar da responsabilidade da empresa. Senhor Antônio informou que não recebeu nenhum tipo de documento da Prefeitura para autorizar o início ou a paralisação da obra. ANTONIO COSTA: A Prefeitura não está querendo aprovar o dique pois terá que fazer a manutenção do mesmo. A Empresa aguarda a aprovação projeto encaminhado de licenciamento ambiental para execução da obra do dique. O Poder Público Municipal não pode ser irresponsável, deve haver o bom termo. Nada mais havendo a tratar, às 15hs20min, foi encerrada a reunião. E para constar, eu, Maria Lucia de Oliveira Souza, Servidora desta Casa Legislativa, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelos Vereadores presentes nesta

reunião, juntamente com a lista de presença.